

POLÍTICA

politica@jundiá.com.br

PAULO BEHR FERRO
pferro@jundiá.com.br

Emergência

Durante a sessão da Câmara de ontem, dois projetos do Executivo foram aprovados em caráter de urgência. O PL 12.446 autoriza o repasse de R\$ 13 milhões ao Hospital São Vicente (HSV) para atender a despesas não operacionais. O montante será usado para pagar o salário de dezembro e o 13º dos funcionários do HSV, além de juros junto à Caixa Econômica.

Organizações Sociais

Outro projeto aprovado com urgência foi o PL 12.438, que autoriza a administração das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) da cidade pelas Organizações Sociais (OS). Nos bastidores, um dos vereadores disse ser contra a proposta. "A OS que tiver a menor proposta vence, mas depois disso a organização não tem concorrência e coloca quem bem entender dentro das UPAs. Fora que OSs sempre buscam lucro", afirmou.

Cartazes

Os grupos que protestaram contra o projeto do IPTU não podem ser acusados de falta de criatividade com seus cartazes de protesto. Um deles dizia "Quem com Imposto fere, com voto será ferido". Outro dizia "Fazendo origami com meu papel de trouxa", acompanhado de um tsuru (pássaro japonês feito de origami) de cartolina gigante.

Itupeva

A audiência pública sobre o Projeto de Lei que regula o controle de ruídos e sons, realizada nesta segunda (11), teve grande participação popular, com 11 pessoas inscritas para debater o assunto. Empresários e representantes de bairros e de conselhos puderam expor dúvidas e considerações a respeito do PL, que ainda terá emendas antes de ir para votação dos vereadores.

► EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Sessão da Casa de Leis, ontem, foi uma das mais tensas do ano, com direito a gritos, vaías e público de costas para vereador

Prefeitura retira projeto do IPTU da pauta da Câmara

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jundiá.com.br

A Câmara de Jundiá não votou, na sessão de ontem, o projeto que aumentaria em até 25% o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) na cidade. A proposta foi retirada pelo prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) após duras críticas da população. A retirada foi anunciada em vídeo divulgado por Luiz Fernando em suas redes sociais. Na gravação, o prefeito afirmou que entende a população, mas que o dinheiro seria necessário. "Temos sensibilidade e sabemos das dificuldades que todos estão vivendo nessa crise, mas sem os recursos adicionais do IPTU, será mais difícil e demorado melhorar os serviços públicos".

A remoção foi anunciada novamente no início da sessão da Câmara, que estava lotada e teve clima tenso.

Revolta

A polêmica uniu grupos que costumam brigar entre si. Membros do Movimento Brasil Livre (MBL), professores, representantes do Sindicato dos Servidores Públicos

de Jundiá (SindSerjun), integrantes dos partidos Novo e Socialismo e Liberdade (PSOL) se juntaram em gritos de protesto em toda a sessão.

O povo vaiou todos os vereadores que tentaram se pronunciar durante a votação dos demais projetos - em alguns casos, até virou as costas -, fez "apitação" e entoou diversas palavras de ordem como "Ô Câmara, que papelão, arregou na votação" e até pedidos de impeachment: "Fora Luiz" e "Fora Martinelli".

Durante a suspensão da sessão, que durou cerca de 45 minutos, o povo ameaçou invadir a área reservada aos vereadores. Ele gritava: "Se não for trabalhar, o povo vai ocupar".

Apenas durante a fala do vereador Wagner Ligabó (PPS) o público fez silêncio e, inclusive, aplaudiu o parlamentar. Nos bastidores, Ligabó afirmou que se encontrou com o prefeito durante a manhã e criticou a comunicação de sua gestão. "Ele podia ter feito vídeos, ter explicado mais", disse. "Eu avisei que seria um tiro no pé votar este projeto na penúltima sessão do ano".



NOITE DE PROTESTOS População mostrou dinheiro a vereadores e reclamou do aumento do IPTU. Resultado: projeto retirado

O vereador suplente Gustavo Checchinato (PPS), que afirmou em reportagem anterior do JJ estar "ansioso para ver o circo pegar fogo", disse que é preciso ter mais respeito durante os protestos. "O povo precisa ter mais cultura e vir aqui com ideias

inteligentes, não com baixaria", opina.

Tribuna Livre

Na Tribuna Livre, todos reclamaram da proposta que queria aumentar o IPTU. Josinaldo Francisco Lira, o "Irmão da Lojinha", que ocupou a cadeira de Márcio Cabe-

leiro (PMDB) em julho, culpou os parlamentares da cidade. "Vocês fazem tudo que o prefeito quer! Não tem nenhum vereador de pulso firme aqui", afirmou. O comerciante Roberto Rezente também falou contra o PL. "Ficaremos atentos a mais surpresas na calada da noite".

► DEPUTADO ESTADUAL DO PSB

Aprillanti se diz surpreso com decisão do TRE de cassá-lo

O deputado estadual Júnior Aprillanti (PSB) disse ontem que ficou surpreso com a decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que votou pela cassação de seu mandato na tarde desta segunda-feira (11). O processo foi movido em janeiro pelo antigo partido de Júnior, o PCdoB.

Aprillanti afirmou que foi suplente ao disputar as eleições de 2014. "Assumi o mandato em janeiro de 2017, na vaga deixada por Átila Jacomussi, do PSB, que foi eleito prefeito em Mauá. Nada tenho contra o PCdoB, inclusive, tive a anuência do presidente do diretório municipal do partido para deixar a sigla. Após a eleição, fui convidado pelo vice-governador e presidente estadual do PSB, Márcio França, para me filiar ao partido e aceitei. Fiquei surpreso com a decisão do TRE, afinal, minha transferência de legenda ocorreu dentro do prazo estabelecido pela janela partidária, amparada pela Emenda Constitucional 91/2016, motivo pelo qual tenho plena convicção de que as instâncias superiores irão analisar e reformar a decisão proferida em primeira instância", declara o político da Região de Jundiá.

Júnior Aprillanti contou ainda que não tem motivos para ficar magoado ou qualquer outro sentimento com relação aos fatos atuais. "Tenho exercido meu mandato com dignidade e respeito,

buscando o progresso dos municípios e a melhoria na qualidade de vida de todos os paulistas, especialmente os do Aglomerado Urbano de Jundiá (AUJ). Essa tem sido a tônica de meu trabalho desde meu primeiro dia de vida pública e assim continuarei agindo".

O deputado reforçou sua confiança em reverter a decisão do TRE. "Confo plenamente na decisão da Justiça. Irei recorrer até a máxima instância possível e não esmorecerei para continuar trabalhando pela nossa Região. É importante destacar que a decisão desta segunda me permite recorrer no exercício do mandato", encerra Aprillanti. (PBF)

► POR OFENSAS A UMBANDISTAS

Representação contra Conde chega à Câmara

Os advogados jundiáenses Marineide Vilas Boas, Egnaldo Marcos Honorio, Gihad Ahmid Abou Abbas e Gustavo Castiglioni Toldo protocolaram ontem, na Câmara de Jundiá, uma representação contra o vereador da cidade Roberto Andrade, do PRB.

Na sessão do Legislativo do dia 14 de novembro, o parlamentar postou nas redes sociais um comentário no qual "pedia que o povo de Deus orasse por Jundiá", bem no dia da homenagem que a Casa fez à comunidade umbandista.

Uma lei municipal, do vereador Paulo Sérgio Martins (PPS), aprovada naquele dia na Câmara, criou o "Dia da Umbanda" em Jundiá - em 15 de novembro. Na votação

do projeto, grande número de umbandistas estava presente. Segundo o documento, Conde saiu do plenário e retornou com seu celular. Ele tirou fotos e fez a postagem, que pode lhe render até a cassação do mandato, se for do entendimento da Comissão de Ética da Câmara de que ele quebrou o decoro parlamentar.

Os advogados entendem que o vereador do PRB não respeitou a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Ainda agiu com discriminação e preconceito e invadiu a liberdade de consciência e crença.

Roberto Conde se disse tranquilo e, se necessário, irá recorrer em caso de punição. "Não acho que isso irá ocorrer, pois não houve intolerância religiosa", completa. (PBF)